

**SABRINA
FERNANDES**

**SE QUISER
MUDAR
O MUNDO**

**Um guia político
para quem se importa**

São Paulo
2020

 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Sabrina Fernandes, 2020
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2020
Todos os direitos reservados.

Preparação: Thais Rimkus
Revisão: Fernanda Guerriero Antunes e Vanessa Almeida
Diagramação: Márcia Matos
Capa: Eduardo Foresti | Foresti Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Fernandes, Sabrina

Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa / Sabrina

Fernandes. – São Paulo: Planeta, 2020.

192 p.

ISBN 978-65-5535-174-3

1. Ciências Sociais - Obras populares 2. Política e governo 3. Sociedade 4.

Marxismo I. Título

20-3218

CDD 320

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências Sociais

2020

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP – 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Tudo é político

“Não pode aprender todas estas coisas em brochuras ou em folhas volantes; tal educação ele a adquirirá na escola política viva, na luta e pela luta, no decorrer da revolução em marcha.”

Rosa Luxemburgo¹³

A política faz parte de todos os elementos centrais da vida, e, por isso, não há como simplesmente “lavar as mãos” e supor que problemas sociais são responsabilidade alheia. Preciso, porém, explicar isso com clareza. Já vi análises bem-intencionadas por aí sobre o “tudo é político” que logo desaguaram em uma forma de patrulha da vida de terceiros, como se tudo fosse questão de meras escolhas individuais – escolhas simples – e aquelas pessoas que não fizessem as escolhas corretas deveriam ser julgadas e reprimidas. Não é esse o caminho que quero tomar, então enfatizo a importância de levarmos em conta as contradições existentes entre o individual e o coletivo, o particular e o universal, o micro e o macro. Sim, eles se retroalimentam, mas como o nível micro é cheio de pequenas diferenças, das experiências específicas às questões de desigualdade, a habilidade de escolher no micro é constantemente abafada pelas tendências do macro.

13. Rosa Luxemburgo, *Greve de massas, partido e sindicatos* (1906) (Coimbra: Centelha, 1974).

CONSCIENTIZAÇÃO

Isso afeta até a possibilidade de conscientização. A conscientização não é um processo mecânico, não pode ser ensinada em passos. Também não é um processo de tendência natural, em que, ao passar por certas experiências, a pessoa sai com mais consciência social. Creio ser importante falar disso, porque se ouve por aí que quanto pior a coisa fica, mais próximos estaremos da explosão do conflito, pois a classe trabalhadora chegará ao limite e agirá de pronto. Historicamente, vemos momentos em que a fome e a guerra levaram milhões a agirem, mas também momentos em que a fome e a guerra levaram milhões à morte. Não há fórmula de conscientização nem de organização para mudar o mundo que possa ser ensinada neste livro ou copiada de uma tentativa passada. O que temos são aprendizados, boas práticas, solidariedade, imaginação e instrumentos que nos ajudam no caminho.

Em minha opinião, o maior especialista em “conscientização” é o pedagogo brasileiro Paulo Freire. Paulo Freire é muito difamado em certos meios no Brasil, mas também é bastante aclamado por pessoas, ao redor do país e mundo todo, que trabalham com educação popular e/ou acreditam que a educação é uma ferramenta-chave para emancipar pessoas. Ele explica que a conscientização é “tomar posse da realidade”.¹⁴ O contrário da conscientização seria, então, quando a realidade é percebida de forma mascarada, como fantasia, com elementos distantes e falsos.

Conscientização não é só adquirir algum tipo de conhecimento, mas fazer uso desse conhecimento em seu contexto de vida. É quando o conhecimento faz sentido e cria pontes para maior compreensão, para mais acesso e para desafiar as inverdades que mantêm as coisas como elas são. A essas coisas dominantes, inseridas numa estrutura social e política, chamamos frequentemente *status quo*. Essa expressão em latim define

14. Freire, *Conscientização: Teoria e prática da libertação*, 33.

aquilo que precisamos mudar na realidade vigente se quisermos transformar o mundo.

Tomar posse da realidade torna alguém agente político consciente. Nossas decisões compõem a política no cotidiano, mas ter consciência dessas decisões e suas consequências potencializa essa agência. A potência se torna maior ainda quando se juntam grupos de agentes políticos conscientes e dispostos a intervir na realidade. Por isso, marxistas falam tanto de “consciência de classe”. Para além de compreender sua posição como trabalhadora explorada no mundo, a consciência de classe incentiva a ação para alterar essa realidade coletivamente, já que não se trata de apenas uma pessoa trabalhadora explorada, mas um grupo na mesma condição – mesmo que em funções, tempos e lugares diferentes.

Quando se fala de consciência de classe, a discussão presume que, como classe trabalhadora, ela existe “em si” dentro de sua relação de trabalho. O trabalhador consegue se reconhecer como trabalhador. Ele levanta todos os dias, vai para o trabalho e faz o mesmo que outros colegas. Formam uma classe “em si”. Porém, o objetivo é que a classe também passe a existir “para si”; ou seja, consciente de como existe em si, mas também em relação a uma classe que a domina e explora. O “para si” pode ser visto como alvo do processo de conscientização em um contexto de luta e organização. Não se pode esperar que ocorra espontaneamente,¹⁵ mas como parte de esforços de politização. Existir como trabalhador é político.

O processo de conscientização é exatamente isso, um processo. Eu não posso obrigar alguém a se conscientizar da realidade; é necessário abrir a mente para reflexão e questionamentos constantes. O que posso fazer é apontar uma base para essas questões e essas interpretações que sejam compatíveis com o objetivo de tomar posse do mundo. Por isso, a conscientização é

15. Rafael de Almeida Andrade, “Trabalho, ontologia e consciência de classe: A classe ‘em-si e para-si’ em György Lukács”, *Revista Aurora* 12, n. 1 (2019): 115.

necessariamente algo que ocorre no contexto da busca por liberdade. Por liberdade, não quero dizer a noção vulgar e individualizada em que seres humanos desejam mais liberdade para si, à custa da saúde, da felicidade, da qualidade de vida e dos direitos dos outros. Liberdade aqui significa justamente a relação entre autonomia e ausência de opressão e exploração.

Paulo Freire sempre foi ousado nesse sentido. De seus ensinamentos, concluímos que não somos livres se nossa liberdade depende da servidão do outro. Uma vez que o outro precisa ser oprimido para que um seja “livre”, toda condição social é manchada pela relação de opressão.

Quando há conscientização, é possível identificar esses elementos a ponto de escolher rejeitá-los. A conscientização permite perceber que as relações em que estamos inseridos fazem parte de níveis complexos de decisões e estruturas políticas.

A rua em que você caminha não surgiu por acaso. Se a rua em que mora é asfaltada, isso é fruto de decisões políticas. Se não é asfaltada e fica repleta de buracos quando chove, isso também é política. Esquecimento também é política. Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisou a qualidade de equipamentos públicos ao redor de domicílios no Brasil, e a ausência de pavimentação e calçadas era proporcionalmente maior em domicílios de pessoas não brancas que de pessoas brancas.¹⁶

Quando é tarde da noite e uma mulher volta a pé do trabalho, seu comportamento pode ser diferente do de um homem que nas mesmas condições caminha, no mesmo horário. Se ela sente medo, se ela atravessa a rua quando vê alguém, se ela anda com a chave entre os dedos, isso é político. O medo que ela sente é dela, é subjetivo, mas o fundamento desse medo tem a ver com estatísticas e histórias que atravessam o que é ser mulher em uma

16. IBGE, “Censo demográfico 2010: Características urbanísticas do entorno dos domicílios”, *Censo demográfico 2010* 41 (2012): 1-81.

sociedade machista. De acordo com pesquisa do Datafolha para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 43% dos brasileiros presenciaram algum tipo de assédio feito por homens contra mulheres, e 66% das mulheres entre 16 e 24 anos sofreram algum tipo de assédio em 2018.¹⁷

O que observamos é que o que vivemos resulta de um emaranhado de decisões, posições, ações e projetos políticos. Nossas escolhas acabam esbarrando nisso, de uma forma ou de outra. Por esse motivo é importante observar como o político habita todos os espaços, mas sem promover uma banalização da escolha política.

Há, por exemplo, uma diferença entre um brasileiro lusófono que afirma um gosto musical que só contém produção em língua inglesa e rejeita material em português e um brasileiro lusófono que também gosta de músicas em inglês além de outras línguas. No primeiro caso, *pode ser* que todo o conjunto da visão da pessoa seja afetado por uma perspectiva específica sobre arte e linguagem que impõe limites aos gostos. Sua subjetividade acabaria presa numa postura mais colonizada da música. No segundo caso, *pode ser* uma mistura do mero reflexo entre gosto, aprendizado de línguas, indústria da música, globalização e tantos outros eixos que seguem atravessando aquilo que é político, mas se misturam mais intensamente com as particularidades, com as subjetividades do ouvinte.

Duas perspectivas ajudam aqui. Do ponto de vista macro, uma sociedade global que não subjugue aquilo que vem da periferia do mundo, dos países que foram colonizados e subdesenvolvidos, contribuiria por maior amplitude de opções e gostos sem influência direta da ideologia que afirma que tudo o que vem dos Estados Unidos ou da Europa seria melhor. Aqui entra a importância de levar nossa música para fora também e equilibrar o espaço para as diversas influências.

17. Datafolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, 2. ed., 2019.

Do ponto de vista micro, temos a conscientização de que nossas escolhas não ocorrem em um vácuo. Existem níveis de construção social que afetam até mesmo nossos gostos mais pessoais. No caso de um time de futebol, uma pessoa pode escolher determinado clube por ser tradição em sua família ou escolher outro justamente por rejeitar a tradição de sua família – ou até mesmo preferir o vôlei ao futebol. Como a pessoa transita entre essas possibilidades de escolha tem a ver com suas funções de observação e reflexão. Também é assim quando observamos a política ao redor e, então, tomamos posse da realidade para conhecer melhor nossas escolhas, rejeitar aquelas que não mais convêm, abraçar as que fazem sentido e mergulhar na árdua tarefa de compreender e trabalhar com as contradições que surgirem, principalmente quando existe menos escolha e mais imposição social em um contexto.

Essas são questões do cotidiano, das quais é difícil escapar. Mas há escolhas em que o peso político não pode ser relevado nem mesmo momentaneamente e é preciso agir com total consciência das consequências políticas do que é feito e/ou proposto.

Um exemplo disso é o voto. O ato de votar pressupõe que a eleitora, ou o eleitor, avaliou as opções apresentadas e tomou uma decisão baseada em suas convicções políticas. Pois bem, sabemos que nem sempre é o caso. Existem votos feitos por afinidade pessoal, por tradição (“sempre votamos na família X”), por acordo prévio (de promessas de ajuda a cargos) e até mesmo voto aleatório – por exemplo, aquele em que alguém pergunta ao amigo o número de um candidato a deputado estadual, porque ainda não tinha escolhido algum.

A questão é que tais decisões, mesmo quando tomadas com pouca ou nula reflexão, possuem efeito direto na sociedade, e este não pode ser neutralizado. Apesar de o voto ser um exemplo bastante óbvio, o caso serve para tantas outras ações. Minha escolha de escrever este livro é profundamente política. A proposta segue um intuito político. Cada capítulo foi pensado dessa mesma forma. Até a linguagem que escolhi parte dessa cons-

ciência sobre ensino, diálogo e, confesso, o desejo de recrutar mais pessoas para transformar o mundo.

bell hooks (no minúsculo, como escolha política de grafia da própria autora) é uma pedagoga feminista negra que muito me ensinou e segue ensinando. Em seu livro *Ensinando a transgredir*, ela argumenta justamente isso quanto à atividade de ensino:

Meu compromisso com a pedagogia engajada é uma expressão de ativismo político [...]. A opção por nadar contra a corrente, por desafiar o *status quo*, muitas vezes tem consequências negativas. E é por isso, entre outras coisas, que essa opção não é politicamente neutra.¹⁸

Para bell hooks – e para mim –, o *status quo* pode ser defendido ou desafiado, mas desafiar definitivamente exige mais coragem. É mais difícil desafiar a ordem, o que se soma ao risco de reação repressora. Quando a permanência ou a mudança do *status quo* se apresentam, a forma como enxergamos isso é tremendamente política, e o que fazemos é determinante. A coincidência entre a consciência que entende que deve desafiar a realidade e a ação desafiadora é o que nós – pedagogos críticos e/ou marxistas – chamamos de “práxis”. Conscientização política deve levar à práxis política.

A conclusão de que “tudo é político” ou de que a “política está em tudo” significa que a política é inescapável. E, se é inescapável, torna-se difícil manter neutralidade ou isenção diante dela. Quando há muito em jogo, escolher uma postura supostamente neutra contribui, por padrão, com o lado que está ganhando. É como entregar a decisão para o outro time por W. O.

É conveniente para aqueles que ocupam a maioria das posições de poder na sociedade que as pessoas escolham se manter neutras diante de grandes questões políticas. A neutralidade diminui o atri-

18. bell hooks, *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013), 267.

to, diminui o conflito e torna o trabalho dos poderosos muito mais fácil para se protegerem diante daqueles que escolhem desafiar.

Apesar de sua leitura equivocada sobre o marxismo em certos aspectos,¹⁹ seu histórico de luta e entendimento da opressão era integralmente de esquerda e informa uma citação específica de Martin Luther King Jr. Em seu livro *Stride Toward Freedom: The Montgomery Story*, ele conclui que “aquele que aceita passivamente o mal está tão envolvido nele quanto aquele que ajuda a perpetrar isso. Aquele que aceita o mal sem protestar está realmente cooperando com ele”.²⁰ Trata-se evidentemente de uma conclusão contra a ilusão da neutralidade.

O outro lado dessa conclusão, aquele focado em quem age em solidariedade, é encontrado em uma citação do revolucionário marxista e cubano Ernesto Che Guevara: “Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”.²¹

Ambas as citações se referem a “tomar lado”. Enquanto Martin Luther King Jr. alerta para o perigo de se pretender neutro diante de situações de opressão, Che Guevara ressalta a unidade em se posicionar conjuntamente contra as injustiças. Isso não significa se posicionar sem parar sobre cada situação individual, mas inserir as ocorrências em posicionamentos viáveis no micro

19. O pastor Martin Luther King Jr. relata nesse livro um pouco de seu encontro com o marxismo. É notável que algumas impressões que ele atribui a Karl Marx não possuem fundamentação direta em trechos da obra do filósofo alemão. Enquanto Luther King abraça a crítica marxista ao capitalismo, ele parece ter a impressão de que o marxismo seria uma doutrina que suprime as expressões individuais. Minha hipótese é de que o lutador dos direitos civis foi influenciado por elementos da propaganda anticomunista da época, especialmente quando ele se refere ao comunismo como sistema totalitário, além de interpretações conhecidas como “estruturalistas” e que negariam o peso da agência do ser humano na história. Falarei mais sobre o comunismo em breve a fim de desmistificar mais alguns equívocos que até hoje são propagados.

20. Martin Luther King Jr., *Stride Toward Freedom: The Montgomery Story* (Nova York: Harper & Row Publishers, 1958) (tradução livre).

21. Ernesto Che Guevara, “A María Rosario Guevara – La Habana, 20 de Febrero de 1964 - Sobre Cartas” (La Habana, 1964) (tradução livre).

com a leitura do problema sistêmico. É impossível se posicionar diante de cada uma das bilhões de situações de opressão que ocorrem no mundo, simplesmente porque aí encontramos um problema de proporção e escala. Uma pessoa sozinha não consegue cuidar de cada caso individual que ocorre. Tentar fazer isso pode causar muita frustração e até mesmo adoecimento. É importante, porém, fazer algo que está ao alcance, mas não conseguirá fazer tudo sozinho.

Entender essa questão da escala nos ajuda a considerar como o micro e o macro estão relacionados e não devem ser vistos como espaços ou momentos diferentes de ação. Tratar dessa relação evita aquele risco de se pronunciar sobre absolutamente tudo, mas não fazer absolutamente nada, tampouco aquilo que faz parte do seu cotidiano. Evita também o fatalismo, sentimento de impotência de quando há tanto para fazer e tão pouco tempo. É por isso que precisamos definir princípios e posições políticas gerais que apontam o caminho para cada situação e exigem uma construção que conecta nosso campo individual com o campo coletivo – em várias escalas geográficas diferentes. Simplificando, é disso que falamos na esquerda quando discutimos a importância de um “projeto político”.

PROJETOS POLÍTICOS

Quando falo de projeto político aqui, refiro-me não a uma ideia apenas, ou a um projeto específico, como uma creche a ser elaborada, planejada e executada. Gostaria que pensassem como um Projeto político, com “P” maiúsculo. O Projeto político de uma organização ou campo político se relaciona com o horizonte ao qual se quer chegar. Ele contém um plano geral, mas não uma receita com ingredientes fixos e etapas rígidas de execução.

É impossível ter certeza absoluta do impacto de cada proposta para a sociedade, pois são muitos fatores, que mudam

historicamente. Falar de revolução hoje é diferente de falar de revolução há cem anos, embora siga assunto relevante e necessário. Hoje temos meios de comunicação diferentes, um mundo globalizado em que uma crise em um país pode afetar seriamente a economia de outro a milhares de quilômetros de distância, um sistema de produção de mercadorias muito mais complexo e tantas muitas diferenças. Por isso, um projeto político contém bastante do que ambicionamos, mas como o faremos depende de muita reflexão e construção de capacidade. Se a gente não constrói capacidade, um sonho é só um sonho. Se a gente trabalha nossa capacidade, ganhamos novas ferramentas e um sonho se torna possibilidade – talvez realidade, como diria Raul Seixas.

O projeto político, projeto de sociedade, que defendo é o ecossocialismo. Eu não posso lhe dizer quais passos seguir para chegar ao ecossocialismo, porque não se dá esse tipo de direção para a realização de um projeto político. Não é como pedir direções de sua casa para a farmácia mais próxima ou mesmo de Brasília a Salvador. Todavia, um projeto como esse exige, sim, um tipo de direção, que é o trabalho ativo de militantes políticos para orientar o rumo das ações de acordo com cada avaliação da realidade.

O ecossocialismo é um projeto revolucionário não porque “revolucionário” soa mais intenso, mas porque se entende que não será possível construir uma sociedade de fato transformada sem uma grande ruptura com o capitalismo. Cada vez que tentamos reformar o capitalismo, esse sistema se renovou. E o problema de reformas graduais é que elas são facilmente revogadas, e contrarreformas são instaladas assim que se torna necessário para os ricos cortar prejuízos. Avaliar isso é parte da tarefa de compreender e estabelecer a direção para um projeto político.

No caso do ecossocialismo, qual é o projeto? Construir uma sociedade com o máximo de emancipação humana em equilíbrio ecológico. Isso significa uma sociedade em que trabalhadores sejam devidamente recompensados pelos frutos de seu trabalho sem que uma minoria rica lucre com isso. Significa planejar os

grandes eixos de produção para que exista menos desperdício e que os impactos – que sempre vão existir, pois a sociedade humana altera a natureza – sejam minimizados e pensados de acordo com princípios de renovação e sustentabilidade. A produção deverá ser baseada em energia renovável, e trabalhadores poderão *viver e trabalhar*, em vez de *viver para trabalhar*, como hoje.

Uma sociedade ecossocialista também precisa ser feminista, antirracista, inclusiva quando o assunto é gênero e sexualidade e acessível para corpos diversos para que realmente cumpra o objetivo de emancipação humana. Isso não significa simplesmente decretar uma lei contra o feminicídio, por exemplo. Aliás, você já deve ter percebido que a presença de leis criminais não significa que crimes deixarão de acontecer. Processos de criminalização tentam adereçar os problemas na ponta final, especialmente após ocorrerem.

Há políticas públicas que acompanham certos processos penais, como a Lei Maria da Penha, que visam prevenir, não somente punir, mas é seguro afirmar que a maioria das leis criminais não é implementada hoje como parte de um conjunto de políticas preventivas. Então, para impedir as opressões e, assim, evitar novas vítimas e novos agressores, uma sociedade ecossocialista precisa se basear em outros valores e em estruturas não excludentes, nem em termos de classe, nem de gênero, nem de sexualidade, nem de raça/etnia.

Da mesma forma, é importante combater a formação de uma hierarquia entre as diferentes características físicas de seres humanos, pois isso gera discriminação e exclusão a partir da imagem falsa e idealizada de supostos “capazes” acima de “incapazes” e afeta especialmente pessoas com deficiência, neurodiversas e com doenças crônicas ainda sem cura.

Essa falsa oposição se constitui em visões capacitistas do corpo ideal, que normalizam o impacto da pobreza e da desigualdade em quem não atende às exigências da sociedade sobre o corpo considerado “normal”. Todos apresentamos diferenças físicas, e há grande neurodiversidade entre nós. Portanto, a

tarefa é construir políticas sociais de acessibilidade e suporte que adaptam essas diferenças em vez de torná-las em mais uma norma de desigualdade social sustentada pela perspectiva capacitista. Parece lindo na teoria, mas e na prática?

Essa é a questão. Lembra-se de quando falei da tese onze de Marx? Que não basta interpretar o mundo, que é preciso transformá-lo também? Transformação é uma ação prática que não pode ser prevista em passo a passo. Uma das razões para isso é que a realidade é dinâmica, possui vários movimentos ao mesmo tempo por atores diferentes. Então, enquanto transformarmos algo de cá, outra coisa pode acabar mudando de lá, e teremos que reavaliar nosso plano de ação.

Imagine se, na vontade de construir o ecosocialismo, nós simplesmente *copiássemos* coisas relacionadas às revoluções do século passado? Estaríamos perdidos, pois não vivemos na mesma conjuntura de soviets, Duma e Exército Vermelho. As guerras que enfrentamos hoje são outras. O correto, então, não é copiar, mas aprender com experiências passadas, incorporar – e adaptar – o que ainda é relevante e descartar o que ficou ultrapassado ou que avaliamos hoje como erro.

Podemos aprender, por exemplo, que os soviets eram importantes formas de organizar os trabalhadores. Eram conselhos de trabalhadores que surgiram a partir de 1905 – e é de onde vem o termo “soviético”. Por meio dos soviets e de como eram organizados, as pessoas oprimidas tinham voz e participação ativa em importantes decisões do processo revolucionário. Isso representa uma visão alternativa de democracia, diferente do pensamento comum sobre um sistema de eleição do Executivo central e do Legislativo em diferentes níveis de acordo com uma periodicidade preestabelecida.

É possível simplesmente copiar o Congresso dos Soviets de toda a Rússia no Brasil do século 21? Definitivamente não. Mas é possível tomar lições sobre esse tipo de organização e sobre as vantagens de participação e governança nas fábricas e

no campo para outro tipo de democracia. Afinal, o ecossocialismo também é um projeto de sociedade democrático. De fato, a própria definição do que é democrático e do que não é varia bastante – questionaremos um pouco isso adiante.

Mas se não dá para replicar, como fazer? Aqui a gente volta àquele conceito de mais cedo: práxis. A práxis é quando teoria e prática se completam e se resolvem. Se a teoria erra, a prática aponta isso. Se a prática está errada, a teoria pode identificar também. Quando elas se complementam, mudanças ocorrem – e, de acordo com a tese onze, é justamente por isso que queremos que teoria e prática se complementem.

A interação entre a teoria e a prática tem que ser contínua e compromissada. Processos de conscientização são influenciados por teoria e prática. O pensador italiano Antonio Gramsci (sim, ele mesmo!) dizia que, quando vivemos sob exploração, nossa consciência fica dividida. Podemos ter boa consciência teórica da prática da exploração, como quando o trabalhador sabe que trabalha seis dias por semanas, mas seu patrão tira férias uma vez por mês. No entanto, se houver também uma consciência teórica advinda do senso comum, e não do senso crítico, não haverá conscientização, e o trabalhador terá uma consciência contraditória. Como resultado, ele pode interpretar a situação de desigualdade de poder como mérito do patrão ou achar que não há nada a ser feito.²² Pode até mesmo concluir que seu objetivo deve ser tornar-se alguém como o patrão.

Se a ideologia dominante na sociedade for a capitalista, que reafirma os interesses do sistema vigente, ela vai influenciar esse desalinhamento para que o trabalhador não tome consciência do que lhe ocorre com o intuito de transformar a situação. É por isso que capitalistas não gostam de práxis, mas de produções ideológicas que mascaram a realidade.

22. Antonio Gramsci, “The Gramsci Reader: Selected Writings 1916-1935”, ed. David Forgacs, *New York University Press* (Nova York: New York University Press, 2000), 333.

Hoje a gente fala das notícias falsas que se espalham pelos “zaps” da vida, mas a ideologia que prevalece na sociedade já distorce e esconde muita coisa. Várias explicações da realidade que chegam a nós são construídas de forma a parecer verdade, mas se tratam de mentiras em sua raiz. Palavras conhecidas ou novas são usadas para representar algo diferente do que deveriam significar. Desse jeito, qualquer coisa passa a significar alguma outra coisa, e fica difícil estabelecer um consenso, um significado comum na hora de observar e avaliar a sociedade. A esse fenômeno, chamo “despolitização”.²³

É como quando dizem que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil foram uma ditadura comunista. As palavras “ditadura” e “comunista” são conhecidas, mas com o tempo tiveram seus significados esvaziados e trocados pela influência da ideologia dominante. Por quê?

Porque para eles é interessante confundir as pessoas sobre o que é comunismo; assim, torna-se difícil ganhar trabalhadores para esse projeto político e fica mais fácil criminalizá-lo. Para eles também é interessante distorcer o significado de ditadura, pois é o que permite que Bolsonaro relativize o golpe de 1964, que homenagens a Augusto Pinochet sejam feitas até hoje no Chile e que se apaguem da história que o movimento revolucionário liderado por Che Guevara e Fidel Castro conseguiu justamente derrotar a ditadura de Fulgencio Batista, apoiado, à época, pelo governo estadunidense.

Há em jogo uma disputa sobre significados, e isso torna a tarefa de politização mais urgente, mas mais difícil. O senso comum está tomado por confusão e falsas conclusões sobre a realidade. É bem mais fácil encher um copo limpo e vazio de água que esvaziar o copo cheio de refrigerante para depois lavá-lo e, por fim, enchê-lo de água – e assim é a tarefa de desfazer a des-

23. Quem tiver interesse em mergulhar em um estudo sobre despolitização no Brasil deve conferir meu livro anterior. Sabrina Fernandes, *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira* (São Paulo: Autonomia Literária, 2019).

politização e politizar ao mesmo tempo. Desconstruir ideologias é árduo. Construir significados libertadores? Também.

Ser exposto a discussões políticas não necessariamente significa politizar-se. Não há politização sem conscientização. Alguém pode ler este livro inteiro e acompanhar todo o conteúdo político que produzo e, mesmo assim, nada do que ler ou ouvir pode lhe impactar.

TEORIA E AÇÃO

A politização é o encontro das consciências que antes estavam em contradição. É quando você olha ao redor e investiga para que as conclusões façam sentido com as diversas observações a ser feitas. Isso exige observar além da superfície e sempre lembrar que nossas experiências individuais formam a realidade, mas *não são toda a realidade*. Conectar o individual ao universal é tarefa de grande importância e é justamente um elemento da imaginação sociológica que devemos desenvolver com o intuito de entender a sociedade para transformá-la.

Pela imaginação sociológica, das conexões a ser feitas e do hábito de questionar a realidade e conclusões pré-moldadas e herdadas do passado, da mídia dominante ou de figuras de destaque, torna-se impossível negar que a política está sempre ao redor e em nossas próprias ações.

Imagino que algumas pessoas que negam a presença da política em todos os espaços de atuação humana talvez não neguem meus argumentos aqui. Afinal, você já deve ter ouvido que “tal assunto é sobre democracia, ou sobre saúde, mas não devemos colocar política no meio”.

Essa afirmação é problemática e revela uma associação comum feita da política como algo meramente partidário e/ou eleitoral. A política passa a ser algo da disputa entre esquerda e direita no Congresso e nos partidos. Como essa disputa é real e

contínua, é comum que pessoas se irrite com a pressão para escolher um lado ou outro. Por isso, argumentam sobre a necessidade de debater certos assuntos sem os “entraves” da disputa ideológica. Dizem que a escolha é sobre o que é melhor para o país, então seria ideal “deixar a política de fora de certas coisas”.

Sinto muito, mas crer que é possível fazer essa separação também é um sintoma de despolitização.

Você provavelmente se lembra da Copa de 2014 no Brasil e dos protestos que ocorreram em junho do ano anterior. Pessoas carregavam cartazes que demandavam mais saúde, mais educação, mais segurança, mas o significado para cada indivíduo variava.

Ao andar pelas ruas da sua cidade e perguntar se as pessoas acham que educação é uma pauta importante, creio ser improvável encontrar alguém que diga que não. “Educação” apenas, sem nenhum qualificador, é uma pauta ampla o suficiente, genérica o suficiente e de tanta aceitação que é possível generalizar que todos consideram a educação uma pauta importante em algum momento da vida.

Educação de qualidade une comunistas, petistas e bolsonaristas no Brasil, republicanos e democratas nos Estados Unidos, trabalhistas e conservadores no Reino Unido, e tantos outros grupos políticos com suas diferenças ao redor do mundo. Em tempos de tanta fragmentação, quando tanta gente deseja unidade política, parece fazer sentido pedir que deixemos a política de fora para focar a construção conjunta pelo bem da sociedade. Parece fazer sentido, mas não faz.

É aqui que a pergunta se torna ferramenta-chave no processo de politização e tomada de posse da realidade. Considerar a educação algo importante ultrapassa as diferenças de concepção política na sociedade, sim, mas apenas até certo ponto. O consenso existe apenas no teor mais abstrato e no plano ideal em que “uma sociedade com mais educação é uma sociedade melhor”. A partir do momento que se torna necessário explicar

qual educação e como ela deve ser promovida na sociedade, o debate político se torna fundamental, pois o debate político envolve escolhas e rumos. Não há como debater educação sem debater projeto político.

Algumas perguntas podem ser feitas: de que tipo de educação falamos? Ao longo da vida? Educação formal? O sistema educacional deve ser inteiramente público ou deve existir um setor privado? Qual é a garantia de educação a ser dada pelo Estado ou pela comunidade e a partir de que idade? Educação deve ser sempre gratuita? Como determinar o currículo educacional nas escolas e nas universidades? Qual é o método seletivo ideal para determinar o acesso às universidades? Deve haver um método seletivo? Como a educação pública e gratuita deve ser financiada? Onde devemos estabelecer creches, escolas e universidades? Qual deve ser a proporção de instituições educacionais per capita? Qual é a função da pesquisa? Como professores devem ser contratados e remunerados? Qual é o papel das diferentes áreas de estudo, inclusive aquelas que não dão retorno imediato para o mercado capitalista? Que tipo de pedagogia deve ser incentivada?

Todas essas perguntas possuem respostas complexas que serão certamente influenciadas por objetivos relacionados a um projeto político. Por mais técnica que uma pesquisa voltada para uma dessas perguntas seja, o parecer deverá apontar certos rumos, e eles serão avaliados, decididos e implementados de acordo com a distribuição de poder numa sociedade. Política é como o poder se expressa e é abordado pela sociedade. Não se trata apenas do poder político institucional de quem governa um país, mas de poder econômico, poder em estruturas desiguais raciais, de gênero, de sexualidade e de capacidade e até mesmo de poder simbólico. Como educação nos permite abordar questões de poder, mas também nos inserir e modificar padrões de poder na sociedade, é evidente que os rumos da educação sejam rumos políticos. Educação também é sobre poder.

No sentido de educação privada *versus* educação pública, há pessoas que consideram a pública importante, mas tendem a preferir a privada por causa de uma diferença de qualidade entre os setores. Há também quem acredita que nada público presta, nem escola, nem hospital, nem linha de metrô, que tudo deveria ser privatizado logo. Mas será que é assim mesmo?

Pensemos sobre projeto político novamente. Será que o público é ruim por ser público ou porque existem interesses no Estado para favorecer e justificar a existência de um setor privado? Como quando escolas públicas recebem bem menos investimento do que deveriam, mas fundos da educação são transferidos para escolas particulares. Ou quando governantes acreditam que quem quiser saúde de qualidade que pague por um plano de saúde e o SUS sirva somente para quem não pode pagar.

É preciso observar e refletir sobre o desmonte do setor público, que, ao se tornar insuficiente ou inadequado, gera maior demanda para a existência do setor privado e serve de base para argumentos a favor da privatização. De fato, é possível desmontar algo, torná-lo barato e depois privatizar por uma pechincha. Em alguns casos, nem é necessário desmontar antes – o próprio governo oferece a bagatela logo de cara. No caso da mineradora Vale, estima-se que seu valor em reservas minerais fosse de 100 bilhões de reais, mas foi vendida por 3,3 bilhões de reais, em 1997, pelo governo federal.²⁴

Um elemento preocupante dessa dinâmica é que, quando há possibilidade de lucrar, o mercado econômico pede a privatização de setores estratégicos da sociedade. Todavia, quando prejuízos acumulam, as empresas buscam o auxílio do Estado e de fundos públicos. Isso é verdade para o contexto dos bancos privados e das empresas automobilísticas nos Estados Unidos após a crise de 2008, assim como o caso cotidiano dos planos de saúde no Brasil.

24. Pedro Carrano, “Venda da Vale completa 20 anos e foi um dos maiores crimes | Opinião”, *Brasil de Fato*, maio 6, 2017.

Como diz o economista Mark Blyth: “Se espera que os da base paguem desproporcionalmente um problema criado pelos do topo, quando os do topo fogem ativamente a qualquer responsabilidade pelo problema, atribuindo a culpa dos seus erros ao Estado”.²⁵

Por isso mesmo, simples discussões sobre quem é dono, quem administra, quem ganha e quem paga não podem ser tratadas como separadas da esfera política. Há quem diga, então, que o problema não é esse, que seria tudo bem tratar da política, desde que não enfiemos partidos no meio.

Esse debate é de suma importância no Brasil e afora, já que protestos e expressões de indignação na última década foram devidamente marcados por certa rejeição a partidos. Junho de 2013, por exemplo, foi cenário de várias manifestações de desgosto, desilusão e oposição aos partidos políticos no Brasil. É verdade que política não significa somente o partidário, mas também é importante compreender duas coisas: o partidário faz parte da política e rejeitar a discussão partidária por medo de uma “polarização” ou ter raiva de partidos acaba empobrecendo o debate e negando que até mesmo a postura antipartido é uma postura – politizada ou não – de impacto político.

Essa rejeição a partidos não surge do nada. No caso brasileiro, temos um sistema pluripartidário, com mais partidos que uma pessoa comum consegue citar de cor. Vários deles possuem nomes similares, mas nem sempre o nome realmente corresponde ao projeto político abraçado. Para piorar, há o caso dos famosos “partidos de aluguel”. O partido de aluguel nada mais é que uma legenda partidária, uma organização voltada para formar candidatos e campanhas para a disputa dentro das instituições políticas – mais especificamente o Legislativo, cuja principal função é elaborar leis, e o Executivo, que governa de acordo com o território sobre o qual tem autoridade (sem criar leis, mas

25. Mark Blyth, *Austeridade: A história de uma ideia perigosa* (São Paulo: Autonomia Literária, 2017), 39.

com poder variado acerca de decretos). Tais partidos não contam com projeto político próprios, mas operam em um sistema de troca de favores e vantagens com partidos que apresentam maior firmeza ideológica.

Os partidos de aluguel, com interesses deturpados, ajudam a dar má fama aos partidos de forma geral, ainda que não possamos culpá-los inteiramente. Existe uma frustração na sociedade com partidos políticos por causa também de casos de corrupção, pelo modo cotidiano de troca de interesses dentro das instituições, além da figura tradicional do candidato político que aparece na época de campanha eleitoral e depois desaparece para retornar apenas no próximo período de campanha. Com isso, há um desgaste de confiança entre a população e os partidos.

Mas o partido é um ator importante na política. Trata-se de uma organização capaz de comunicar e organizar a sociedade ao redor de um projeto político, se ela assim o desejar. Então, em vez de descartar completamente o partido e a discussão partidária, creio que o esforço deve ser de resgatar o significado original de partido político e cobrar que eles representem melhor a vontade da população, em especial dos grupos sociais que se organizam no partido. É por isso que, principalmente na esquerda, existe a discussão sobre a figura do militante do partido. O militante vai para além do papel de filiado, constrói o programa partidário, pega tarefas para cumprir e ajuda a propagar as ideias do projeto político que defende. Não é necessário ser vinculado a um partido político para ser militante, mas seria proveitoso se todos os filiados de um partido fossem também militantes.

De fato, há várias formas diferentes de se organizar na sociedade. Socialistas e anarquistas se organizam diferentemente, mas também podem colaborar em diversas ocasiões. Existem os sindicatos, que seguem sendo ferramentas importantes apesar de conflitos e contradições da luta sindical hoje. Existem também os movimentos sociais, que se organizam ao redor de pautas específicas. O MST é um dos movimentos sociais mais

relevantes do mundo e se organiza ao redor da propriedade da terra, mais especificamente sobre a necessidade da reforma agrária e pautas de produção como o plantio orgânico e a economia solidária. Também há os movimentos de moradia nas grandes cidades brasileiras.

Essa parte de se organizar é muito importante, porque em um mundo tão complexo é bastante difícil mudar as coisas sem apoio coletivo. Por isso mesmo, faz-se tão necessário compreender nossas posições políticas, investigar os vários aspectos de cada grande decisão social e como nós nos inserimos nisso – não como espectadores, mas como agentes políticos. Na era das redes sociais, já se tornou evidente que o que cada um fala tem impacto nas discussões, mas não devemos esquecer que também é assim para as discussões no espaço do trabalho e até mesmo na mesa de jantar.

É preciso valorizar o conhecimento técnico e apresentar dados na hora dos debates? Sim, mas não podemos partir da ilusão de que o que é técnico e científico seria neutro politicamente. Dados iguais podem ser utilizados para argumentos opostos quando consideramos a totalidade do projeto político. Por exemplo, se eu disser que um vírus possui alto potencial de contágio na sociedade, a conclusão até do cientista que se considera o mais neutro possível será influenciada por princípios políticos e morais. Afinal, normalizar o contágio de milhões como inevitável parte de uma postura de baixo investimento na saúde e priorização de interesses econômicos contrários ao isolamento social (e as garantias sociais necessárias para que ninguém passe fome enquanto isso). Já buscar estruturar o sistema de saúde e expandir direitos sociais são posturas que condizem com outra leitura do papel do Estado e da coletividade. São escolhas políticas, às vezes partidárias, às vezes não, mas definitivamente políticas. E implicam que todos escolham um lado.

Entender que a política está em todos os lugares ajuda a desmascarar a ilusão de que política é coisa de “político”; ou

seja, coisa daquela figura do “político profissional” que é candidato e que, quando ganha, ocupa um cargo eleito. Essa pessoa certamente é agente política, mas você também é. A pessoa não precisa ser candidata, vereadora, governadora nem deputada para fazer política. Os representantes eleitos são apenas uma expressão de agência política na sociedade, entre tantas outras.

Enfim, a conscientização é um elemento tão importante da compreensão de que a política atravessa em cheio a sociedade e nossa vida. Tomar posse da realidade não é tarefa simples justamente porque envolve formação política, processo repleto de degraus de aprendizado e que toma bastante energia. É mais fácil simplesmente ser alimentado com conteúdo e opiniões dos outros, mas isso também lhe torna mais passível de manipulação. Pessoas manipuladas servem um propósito importante para quem quer deixar o mundo no trajeto em que se encontra, mas mudar o mundo exige pessoas críticas, conscientes e providas de autonomia em suas análises.

Pessoas formadas politicamente desenvolvem o próprio pensamento crítico, tornam-se menos dependentes de opiniões e análises de terceiros e, principalmente, se equipam como *agentes políticos* conscientes dos projetos em disputa e do que é necessário fazer para transformar a realidade. Agentes políticos organizados ao redor de um projeto político, em especial a classe trabalhadora, conseguem se movimentar de classe “em si” para classe “para si”, ou seja, classe que afirma e luta em posse da realidade.